

Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência

C.N.P.J. nº 61.599.908/0001-58

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de Reais)

Balanços Patrimoniais							
Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8.a	23.842	17.560	Fornecedores de materiais e medicamentos	12	129.112	103.017
Títulos e valores mobiliários	8.b	92.699	289.195	Financiamentos - FINIMP	13	12.150	13.212
Recursos vinculados a convênios	8.c	6.024	2.284	Financiamentos - BNDES	14	12.734	7.999
Contas a receber	9	469.284	353,580	Obrigações trabalhistas e sociais	15	98.636	105.595
Estoques	10	32.045	26.278	Honorários e comissões médicas		23.561	26.380
Outros créditos		3.030	486	Impostos, taxas e contribuições a recolher		2.828	2.113
Despesas pagas antecipadamente		533	566	Gastos a incorrer em convênios		9.200	2.284
Total do circulante		627.457	689.949	Outras contas a pagar		32.778	20.384
Não circulante				Total do circulante		320.999	280.984
Realizável a longo prazo				Não circulante: Financiamentos - FINIMP	13	27.321	20.950
Títulos e valores mobiliários	8.b	174.786	35.963	Financiamentos - BNDES	14	76.916	82.521
Depósitos judiciais	16.b	25.691	16.490	Provisão de contingência	16.a	34.259	42.162
Outros créditos	10.5	78	76	Passivo atuarial	17	481.415	380.395
Outros creditos		200.555	52.529	Centro de pesquisas			112
Imobilizado	11	925.949	843.424	Total do não circulante		<u>619.911</u>	<u>526.140</u>
	- 11			Patrimônio líquido: Patrimônio social	18	513.823	473.343
Intangível		15.580	14.774	Subsídios para investimentos e pesquisas	18	282	282
~		941.529	<u>858.198</u>	Ajuste de avaliação patrimonial	18	314.526	319.927
Total do não circulante		1.142.084	910.727	Total do patrimônio líquido		<u>828.631</u>	<u> 793.552</u>
Total do ativo		<u>1.769.541</u>	<u>1.600.676</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.769.541</u>	1.600.676
	De	monstraçõe	s das Mutac	ções do Patrimônio Líquido			

	Patrimônio social	Subvenção para inves- timentos e pesquisas			Total
Saldo em 01 de janeiro de 2016	488.423	282	325.328	-	814.033
Superavit do exercício	_	-	-	101.824	101.824
Outros resultados abrangentes					
Variação atuarial sobre obrigação com os associados	(122.305)				(122.305)
Total do resultado abrangente	366.118	282	325.328	101.824	793.552
Realização de reserva	-	-	(5.401)	5.401	_
Transferência para patrimônio social	107.225			(107.225)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	473.343	282	319.927	-	793.552
Superavit do exercício	_	-	-	136.099	136.099
Outros resultados abrangentes					
Variação atuarial sobre obrigação com os associados (nota 20)	(101.020)				(101.020)
Total do resultado abrangente	372.323	282	319.927	136.099	828.631
Realização de reserva	_	-	(5.401)	5.401	_
Transferência para patrimônio social	141.500			(141.500)	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	513.823	282	314.526		828.631

513.823 Notas explicativas às Demonstrações Financeiras (em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Real e Benemérita Associação Portuguesa de funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda Beneficência ("Associação"), fundada em 02/10/1859, é uma associação civil de direito privado de caráter beneficente, social e científico, sem finalidade lucrativa, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira e conta com três unidades hospitalares na cidade de São Paulo. A Associação tem por objeto o atendimento médico, cirúrgico, hospitalar e de exames complementares aos seus Associados e pacientes de todos os níveis econômicos e sociais, sem qualquer tipo de distinção e na condição de entidade beneficente e filantrópica, a manter leitos e serviços hospitalares para uso público. Desde sua constituição a Associação traz em seu DNA a filantropia e sua trajetória sempre foi apoiada pela generosa contribuição de seus associados que, na Associação, possui um papel fundamental no desenvolvimento dos negócios pela forte atuação, iniciada por 168 pioneiros em 1859 que contribuiram com recursos financeiros para criar o hospital. O quadro de associados, conforme previsto em nosso Estatuto Social, possui as seguintes categorias: efetivos, benfeitores, beneméritos, grandes beneméritos, cruz de honra e honorários que prestaram e ainda prestam relevantes serviços à Associação. Considerada entidade de utilidade pública, é beneficiada com isenções de taxas e impostos federais, estaduais e municipais sendo mantenedora da escola de técnico em enfermagem, totalmente gratuita. 2. Base de preparação: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstracões financeiras foi aprovada pelo Conselho Fiscal da Associação em 07/03/2018. 3. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial: • os instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado; e • o passivo atuarial mensuado ao valor presente. 4. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto guando indicado de outra forma. 5. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Associação e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. a. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31/12/2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 9 - provisão para crédito de liquidação duvidosa; • Nota explicativa 11 - valor residual do ativo imobilizado; • Nota explicativa 18 - provisão para contingência; e • Nota explicativa 19 - passivo atuarial. Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Sociedade requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Associação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Associação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs. exceto os precos cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Notas explicativa 28 - instrumentos financeiros. 6. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a. Reclassificação: Em 2017 a Associação decidiu reclassificar os valores relacionados à variação monetária do passivo atuarial que, no exercício de 2016, havia sido apresentada na rubrica de custo dos materiais, medicamentos e honorários médicos. Essa reclassificação visa atender o padrão de divulgação adotado pela Associação em 2017 e preservar a comparabilidade de suas demonstrações financeiras. Em função da reclassificação não ter impacto relevante para as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, não houve necessidade de adotar o CPC 23 Políticas contábeis, mudança de estimativa e erro (IAS 8) e CPC 26 (R1) -Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1) e reapresentar as demonstrações financeiras de 2016.

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapre- sentado		
Receitas operacionais	1.269.641	- 1	1.269.641		
Despesas operacionais					
Custo dos materiais, medicamentos					
e honorários médicos	(382.166)	30.701	(351.465)		
Demais despesas operacionais	(824.866)		(824.866)		
Resultado antes das receitas (despe	esas)				
financeiras líquidas e impostos	62.609	30.701	93.310		
Receitas financeiras	52.963	_	52.963		
Despesas financeiras	(13.748)	(30.701)	(44.449)		
Superavit do exercício	101.824	_	101.824		
b. Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas					
para moeda funcional da Associação	pelas taxas de ca	âmbio nas	datas das		

transações. Passivos monetários denominados e apurados em moedas

estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda

cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. c. Contas a receber: As contas a receber de pacientes e convênios são registradas pelo valor produzido, ou seja, tendo como base a etapa de execução dos servicos até a data-base do balanço, compreendendo parcelas já faturadas e outras pelos serviços prestados a faturar. A conta de valores a faturar refere-se aos serviços já prestados junto a operadoras de serviços, amparados por relação contratual, que aguardam cronograma de emissão de fatura e envio. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. d. Estoques: Os estoques são apresentados pelo menor valor e correspondem aos itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no hospital. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. A Associação possui procedimento para análise periódica do custo e do valor realizável líquido dos estoques, bem como realiza controle rotineiro da validade dos medicamentos excluindo e baixando-os do estoque. e. Depósitos judiciais: Existem situações em que a Associação questiona a legitimidade de determinados passivos e ações movidas contra si. Por conta destes questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo e são apresentados pelos valores originais no realizável a longo prazo no montante de R\$ 25.691 (R\$ 16.430 em 2016) e para aqueles processos em que os depósitos judiciais possuem uma respectiva provisão para contingência registrada no passivo não circulante, em virtude de ser avaliado com o risco de perda provável pelos assessores jurídicos da Associação, estes são apresentados deduzindo da respectiva provisão no montante de R\$ 7.163 (R\$ 17.922 em 2016). f. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação e amortização acumulada, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Associação inclui o custo de materiais e mão de obra direta. quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso devido à sua obsolescência. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Custos subsequentes: Itens do custo de repo sição de um componente do imobilizado são reconhecidos no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Associação e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Depreciação: A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. são as seguintes, por quantidade de anos:

Edificações/benfeitorias Aparelhos, instrumentos médicos e cirúrgicos Móveis, máquinas e utensílios 20 **Imóveis** Instalações Equipamentos de informática

5 Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. g. Redução ao valor recuperável: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Associação não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos. h. Obrigações trabalhistas: Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. i. Benefícios a funcionários: A Associação não possui planos de pensão ou obrigações pós aposentadoria. j. Provisão atuarial: A Associação possui obrigações futuras assumidas com seus associados, previstas em Estatuto Social, de atendimento médico-hospitalar gratuito vitalício no Hospital São Joaquim. A cada encerramento do exercício, a obrigação presente assumida é calculada a valor presente, com base nas regras determinadas no CPC 33 R1 - Benefício a empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo

-	Nota	2017	2016
Receita da atividade hospitalar			
Pacientes e convênios	19	1.434.567	1.261.199
Outras receitas operacionais Total das receitas		9.513 1.444.080	8.442 1.269.641
Receitas (custos e despesas) operaci	ionais	1.444.000	1.203.041
Custo dos materiais, medicamentos			
e honorários médicos	20	(430.519)	(375.499)
Despesas com pessoal	21	(535.904)	(488.773)
Despesas gerais e administrativas	22	(340.821)	(306.792)
Depreciações e amortizações Outras receitas operacionais líquidas	23	(25.921) 45.181	(21.800) 16.532
Outras receitas operacionais liquidas	20		(1.176.332)
Superavit operacional antes		(,	,
do resultado financeiro		156.096	93.309
Receitas financeiras	24	30.297	52.963
Despesas financeiras Receitas financeiras, líquidas	24 24	<u>(50.294)</u> (19.997)	(44.449) 8.514
Superávit do exercício	24	136.099	101.823
<u> </u>	ltadaa A		
Demonstrações de Resu	illados A		2016
Superavit do exercício		2017 136.099	2016 101.824
Itens que não serão reclassificados p	ara o re		101.024
Variação atuarial sobre obrigação			
com os associados (nota 19)		(101.020)	(122.305)
Resultado abrangente total		35.079	(20.481)
Demonstrações dos	Fluxos	de Caixa	
Fluxo de caixa da atividades operacion	onais	2017	2016
Superavit do exercício		136.099	101.824
Ajuste por: Depreciação e amortizaç	ão	25.921	21.800
Juros e variação cambial		10.626	3.234
Juros apropriados sobre títulos e valores mobiliários		(29.466)	(42.506)
Resultado na venda de ativos imobiliz	ados	5.184	2.963
Provisão para créditos de liquidação o		41.637	53.802
Provisão para contingências		28	6.245
Superávit ajustado		190.029	147.362
Variações nos ativos e passivos (Aumento) redução das contas do atir			
Recursos vinculados a convênios	VO	(3.740)	(2.284)
Contas a receber		(157.341)	(138.363)
Estoques		(5.767)	(446)
Outros créditos		(2.546)	4.531
Despesas antecipadas		(160, 261)	(297)
Aumento (redução) das contas do pa	eeivo	(169.361)	(136.859)
Fornecedores de materiais e medicame		26.095	20.737
Impostos, taxas e contribuições		715	703
Obrigações trabalhistas e sociais		(6.959)	32.489
Contingências e depósitos judiciais		(17.132)	(15.369)
Honorários e comissões médicas Gastos a incorrer em convênios		(2.819) 6.916	(1.584) 2.284
Outras contas a pagar		12.282	6.140
o ando oomao a paga.		19.098	45.400
Caixa líquido proveniente			
das atividades operacionais		39.766	<u>55.903</u>
Fluxo de caixa das atividades de inve Aplicação em títulos e valores mobiliário		os (543.164)	(487.656)
Resgate de títulos e valores mobiliários	75	630.303	496.703
Adições do imobilizado e intangível		(114.436)	(87.630)
Caixa líquido usado nas atividades		-	
de investimentos		(27.297)	<u>(78.583)</u>
Fluxo de caixa das atividades de fina Captação financiamentos - FINIMP	ncıamen	17.048	17.041
Captação financiamentos - FINIMP Captação financiamentos - BNDES		4.485	27.526
Pagamento de financiamentos		(18.373)	(19.672)
Pagamento de juros		<u>(9.347)</u>	<u>(8.859)</u>
Caixa líquido (usado nas) proveniente	е		
das atividades de financiamentos		<u>(6.187)</u>	<u>16.036</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		6.282	(6.644)
Caixa e equivalentes do início do períod	lo	17.560	24.204
Caixa e equivalentes do final do período		23.842	17.560
Aumento (redução)			
de caixa e equivalentes de caixa		6.282	(6.644)
vem adotando de forma consistente a C	PC 33 R	1 para reconh	ecimento de

Demonstrações de Resultados

seu passivo atuarial em função de possuir obrigações futuras em contrapartida a serviços prestados por ex-funcionários e associados. Conforme men cionado na nota explicativa 1, os associados representam benfeitores que contribuíram para a formação e crescimento da Associação por meio de (i) prestação de serviços médicos gratuitos a população; (ii) fomento das ope rações no processo de captação de recursos e busca de novos associados e (iii) dedicação de tempo na gestão da Associação por meio de participa cão em atividades de conselho. A Associação possui parecer legal emitido em 2015 por assessores jurídicos externos que defendem que, consideran do a forma de atuação dos associados e as previsões estatutárias, os asso ciados possuem características de donos na instituição e não apenas um mero beneficiário de um plano de saúde, reforçando ainda mais a aplicação da CPC 33 R1 - Benefício a empregados. Dessa forma, os serviços presta dos por ex-funcionários e associados atendem os critérios da CPC 33 R1 que requer que a entidade reconheca um passivo quando houve a presta ção de um serviço em troca de benefícios a serem pagos e/ou fornecidos no futuro e uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econô mico proveniente do serviço recebido em troca desses benefícios. k. Financiamentos: Os financiamentos são reconhecidos pelo valor justo, no rece bimento dos recursos líquidos dos custos de transação, em seguida são apresentados pelo custo amortizado, isto é, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros por competência. I. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, in cluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanco Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos corresponden tes encargos incorridos até a data do balanço. m. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Associação é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. n. Outras provisões: As provisões são reconhecidas quando a Associação tem um obrigação presente legal ou implica como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seia necessária para liquidar a obrigação e uma estima tiva confiável do valor possa ser feita. o. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: A Associação de acordo com o CPC 12 - Ajuste a valor presen te, analisou suas contas de ativos e passivos de curtos e longos prazos com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimen to e possíveis taxas de desconto e verificou que qualquer ajuste a valor presente seria irrelevante, portanto não houve impactos dessa natureza em suas Demonstrações Financeiras, p. Gastos a incorrer em convênios: O reconhecimento da receita e despesas é efetuado pelo regime de competência do exercício. Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a convênios e a crédito de gastos a incorrer em convênios no passivo circulante. A medida que os gastos obtidos os resultados em consonância com critérios atuariais. A Associação do convênio incorrer, no mesmo momento as receitas com convênio são

🖈 continuação sivo de gastos a incorrer em convênios. q. Apuração do resultado: As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação de serviços hospitalares, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização. r. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos: A Associação reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Associação não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Associação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais dele em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seia criada ou retida pela Associação nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação te-nha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Associação tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. (ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se, e somente se, a Associação gerencia tais investimentos e toma deci-sões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de pacientes e convênios e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, banco conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na quitação das obrigações de curto prazo. Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários referem-se aos recursos aplicados em instituições financeiras de primeira linha, estando tais recursos classifi-cados fora do grupo de caixa e equivalentes de caixa em função de não fazerem parte da gestão do dia a dia da Associação. A Associação adota como prática contábil apresentar os títulos e valores mobiliários nas ativida-des de investimentos nas demonstrações dos fluxos de caixa por entender que é a situação que melhor representa seus fluxos financeiros, estando tal apresentação amparada nos parágrafos 33 à 34A do CPC 3 - Demonstracões do Fluxo de Caixa. Recursos vinculados a convênios: Recursos vinculados a convênios representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados no projeto para fazer frente às obrigações do convênio. (iii) Passivos financeiros não derivativos: A Associação reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas A provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosas constituídas ou vencidas. A Associação tem os seguintes passivos financeiros não deripara cobrir eventuais perdas de contas a receber apresentaram a seguinte vativos: financiamentos junto a instituições financeiras, fornecedores, honorários e comissões médicas e outras contas a pagar. Tais passivos financei-ros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. *(iv) Instrumentos financeiros derivativos:* A Associação não possuía em 31/12/2017 e 2016 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de hedge. s. Novas normas e interpretações não efetivas: A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronuncia mentos Contábeis (CPC). As seguintes novas normas e interpretações foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. Associação não planeja adotar essas normas de forma antecipada. *CPC* 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros: O CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais. Esta norma substitui o CPC 38/ IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. *Classifi*cação e mensuração dos ativos passivos financeiros: O CPC 48/IFRS 9 traz uma nova abordagem na classificação e mensuração de ativos finan-ceiros, a qual considera tanto o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. A norma classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (CA); (ii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A nor-ma elimina as categorias propostas pelo IAS 39 (CPC 38) de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. O CPC 48/IFRS 9 mantém grande parte dos requerimentos da IAS 39 (CPC 38) para a classificação de passivos financeiros. Contudo. de acordo com a IAS 39 (CPC 38), todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48/IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma: (i) o valor da variação do valor justo que é atribuíval das da seguinte forma: (i) o valor da variação do valor justo que é atribuível zado nos exercícios findos em 31/12/2017 e 2016 estão demonstradas nos às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em tros resultados abrandentes (ORA): e (ii) o valor remanescente da va ção do valor justo é apresentado no resultado. A apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras deverão sofrer alteração de forma a refletir os novos conceitos introduzidos pelo CPC 48. A Adminsitração está avaliando a classificação dos ativos e passivos financeira. Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros: A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A Associação está em processo de avaliação, mensuração dos impactos e aplicação dos requerimentos de *impairment* do CPC 48/IFRS 9 em 1°/01/2018 sobre seus ativos financeiros. A Administração avalia que afetará principalmente o contas a receber aumentando os níveis de provisionamento atuais, uma vez que o método atual de provisionamento da Associação é de perdas incorridas, conforme descrito na nota 9. CPC 47/IFRS 15 - Receita com contrato de clientes: A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18). A norma é aplicável a partir de 1º/01/2018. A Associação está em processo de avaliação, mensuração dos impactos e aplicação dos requerimentos do CPC 47/IFRS 15. A Administração avalia que afetará principalmente a forma do reconhecimento de receita de contratos com clientes que serão registrados deduzidas de quaisquer estimativas de abatimentos, descontos e glosas. Além disso são avaliados uma extensão maior de divulgação nas notas explicativas e à revisão de documentos internos e a criação e/ou alteração de procedimentos, com o objetivo de garantir que os novos contratos com clientes seiam adequadamente avaliados e contabilizados sequindo os conceitos do IFRS 15. IFRS 16 - Arrendamentos: Essa norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras (em milhares de Reais) da Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida ao débito do pas- praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. Este pronunciamento deverá ser adotado com início em ou após 1º/01/2019. A Associação não concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma porém já identificou que não são esperados efeitos relevantes da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras uma vez que não possuem despesas relevantes com arrendamentos. 7. Trabalho voluntário: Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes servicos em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício na rubrica de outras despesas operacionais e em contrapartida em outras despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31/12/2017 a Associação registrou o montante de R\$ 1.307 (R\$ 1.257 em 2016) referente a trabalhos voluntários.

8. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:						
a. Caixa e equivalentes de caixa:	2017	2016				
Caixas e bancos	4.456	2.241				
Aplicações financeiras	19.386	15.319				
	23.842	17.560				

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e letras de arrendamento mercantil, remuneradas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com rendimento entre 94% e 101,5% do CDI (94% a 101% do CDI em 2016).

b. Títulos e valores mobiliários:

	Hemaneração		
Letras financeiras	103,5% a 106,2% do CDI	174.786	192.299
Compromissadas	100,5% a 106% do CDI	22.924	87.863
CDB	94% a 101,5% do CDI	3.518	3.203
Letras de arrendamento			
mercantil	101% a 103% do CDI	66.257	41.793
		267.485	325.158
Circulante		92.699	289.195
Não circulante		174.786	35.963

Os valores de Títulos e valores mobiliários registrados no ativo não circulante no montante de R\$ 174.786 (R\$ 35.963 em 2016), referem-se a Letras Financeiras com vencimentos de longo prazo.

c. Recursos vinculados a convênios: Aplicações financeiras 6.024 Os valores de recursos vinculados a convênios referem-se a convênios firmados com o Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde e aquisição de produtos médicos de uso único visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, remuneradas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com rendimento entre 94% e 101,5% do CDI (94% a 101% do CDI em 2016).

9. Contas a receber:	2017	2016
Convênios	491.458	386.677
Pacientes particulares	70.028	50.222
Sistema único de saúde - SUS	34.533	35.716
Outros		10.249
	596.019	482.864
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(126.735)</u>	(129.284)
	469.284	353.580
As contas a receber por vencimento apresentam-se	da seguinte	maneira:
	2017	2016
A vencer	349.590	243.526
Vencidos até 30 dias	27.498	47.392
Vencidos entre 31 e 180 dias	71.967	62.662
Vencidos há mais de 180 dias	<u>146.964</u>	129.294
	<u>596.019</u>	482.874
A provisão para créditos de liquidação duvidosa	e glosas d	constituídas

para dobini dventadio perdadi de deritadi a receber aprecentaran	a ooganii
movimentação:	
Saldo em 31/12/2015	(116.964)
(+) Novas provisões constituídas	(53.802)
(-) Reversão de provisão por aceite de glosas	2.844
(-) Reversão por perda efetiva	38.638
Saldo em 31/12/2016	(129.284)
(+) Novas provisões constituídas	(41.637)
(-) Reversão de provisão por aceite de glosas	2.792
(–) Reversão por perda efetiva	41.394
Saldo em 31/12/2017	(126.735)
O cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e glo	sas inclui a

análise individual dos saldos de cada natureza de contas a receber, montante vencido a partir de 180 dias para as operadoras de plano de saúde e para clientes particulares, os valores em cobrança judicial, as liminares contra operadoras e órgãos públicos, bem como histórico de perdas destes saldos. A Associação constituiu a provisão para créditos de liquidação duvidosa para as contas a receber vencidas a partir de 180 dias, atingindo 100% dos valores relativos aos títulos em abertos a partir de 360 dias, bem como para os montantes relativos aos serviços prestados a faturar com 2020 período superior à data estipulada em contrato e ainda não faturados às 2021 operadoras de planos de saúde e de autogestão. No ano de 2017 a Administração autorizou a baixa de R\$ 41.394 (R\$ 38.638 em 2016), diretamente da conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como do contas a receber, montante este relativo aos títulos em aberto até 31/12/2015, os quais não foram recebidos até a data do balanço e a Administração entende não haver mais possibilidade de recebimento desses títulos.

10. Estoques:	_2017	2016
Almoxarifado - Depósito fechado e farmácia	26.490	19.744
Almoxarifado geral	4.943	6.275
Almoxarifado - Outros	612	259
	22 045	26 270

quadros abaixo: Saldos em Transfe- Saldos em Baixas re benfeitorias 351.561 307 38.650 390.518 Aparelhos, instrumentos 11.456 médicos e cirúrgicos 165.060 50 (1.680) 174.886 Móveis, máquinas e utensílios/colchões roupas similares 66.538 (191)9.574 76.138 Imóveis 16.484 46.758 16.484 3 470

Instalações	46.758	4	_	3.479	50.241
Equipamentos					
de informática	18.791	10	(119)	7.876	26.558
Terrenos	356.235	-	_	6.414	362.649
Biblioteca	776	_	_	_	776
Veículos	435	_	_	_	435
Imobilizações em andamento					
	E0 000	117 666	(12.020)	(77 440)	77 077
e importações		117.666		(77.449)	77.977
Total custo	1.073.637	118.254	(15.229)		1.176.662
	Saldos em				Saldos em
Depreciação	31/12/2016	<u>Adições</u>	Baixas	rências	31/12/2017
Edificações/					
benfeitorias	(70.801)	(5.424)	-	-	(76.225)
Aparelhos, instrument	os				
médicos e cirúrgicos	(96.216)	(10.233)	1.074	_	(105.375)
Móveis, máquinas e					
utensílios/colchões					
roupas similares	(30.389)	(2.584)	142	_	(32.831)
Imóveis	(11.150)	(127)	_	_	(11.277)
Instalações	(7.692)	(842)	_	_	(8.534)
Equipamentos					
de informática	(13.319)	(2.577)	118	_	(15.778)
Biblioteca	(352)	` <i>–</i>	_	_	(352)
Veículos	(294)	(47)	_	_	(341)
Total depreciação	(230.213)	(21.834)	1.334		(250.713)
Imobilizado líquido	843.424		(13.895)		925.949

ção Portuguesa de Be	nencencia						
	Saldos em			Transfe-	Saldos em		
Edificações/	31/12/2015	Adições	Baixas	rências	31/12/2016		
benfeitorias/jazigos	246.038		(6)	105.529	351.561		
Aparelhos, instrument	os		(- /				
médicos e cirúrgicos		1.331	(1.789)	12.650	165.060		
Móveis, máquinas e			,				
utensílios/colchões							
roupas similares	53.738	802	(1.464)	13.462	66.538		
Imóveis	16.484	_	` _	_	16.484		
Instalações	29.179	75	_	17.504	46.758		
Equipamentos							
de informática	14.313	445	(109)	4.142	18.791		
Terrenos	356.235	_	` _	_	356.235		
Biblioteca	776	_	_	_	776		
Veículos	412	163	(140)	_	435		
Imobilizações em			, ,				
andamento							
e importações	130.078	74.208	_	(153.287)	50.999		
Total custo	1.000.121	77.024	(3.508)		1.073.637		
Depreciação	Saldos em			Transfe-	Saldos em		
Edificações/	31/12/2015	Adições	Baixas	rências	31/12/2016		
benfeitorias	(66.050)	(4.751)	_	_	(70.801)		
Aparelhos, instrument	os						
médicos e cirúrgicos	(87.816)	(8.617)	217	_	(96.216)		
Móveis, máquinas e							
utensílios/colchões							
roupas similares	(26.624)	(3.917)	152	_	(30.389)		
Imóveis	(10.796)	(354)	_	_	(11.150)		
Instalações	(7.271)	(421)	_	_	(7.692)		
Equipamentos							
de informática	(12.061)	(1.353)	95	_	(13.319)		
Biblioteca	(352)	_	_	_	(352)		
Veículos	(326)	(49)	81		(294)		
Total depreciação	(211.296)	(19.462)	545		(230.213)		
Imobilizado líquido	788.825	57.562			843.424		
Imobilizado em anda							
	mente, aos gastos acumulados com obras, construções e benfeitorias, que						

ainda não se encontram concluídas e que serão transferidas para o imobili zado quando do início efetivo de utilização das áreas disponibilizadas, bem como valores desembolsados de despesas gerais para aquisição de equipamentos hospitalares, os quais se encontram em trânsito e/ou aguardando liberação alfandegária.

12. Fornecedores:	2017	2016
Fornecedores nacionais	129.112	103.017
Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seg	guinte mar	neira:
	2017	2016
Vencidos	5.167	2.619
A vencer até 30 dias	43.072	41.693
A vencer de 31 a 180 dias	77.407	56.152
A vencer há mais de 180 dias	3.466	2.553
	129.112	103.017
D ()		

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores de materiais e de medicamentos

13. Financiamentos - FINIMP:

Financiamentos em moeda estrangeira				Último		
	Banco	Garantia	Taxa a.a. (média)	Vencimento	2017	2016
		Nota				
	Bradesco	Promissória	Libor 2,43%	02/06/2017	_	272
		Sem Contra-				
	Brasil	garantias	Libor/Fixa 3,52%	19/09/2019	267	2.080
		Nota				
	Safra	Promissória	Fixa 4,67%	16/11/2021	29.009	23.942
		Sem Contra-				
	Santander	garantias	Libro/Fixa 3,94%	30/07/2021	6.512	7.868
		Nota				
	Itaú	Promissória	Fixa 5,30%	01/12/2022	3.683	
					39.471	34.162
	Curto prazo				12.150	13.212

Longo prazo 27.321 20.950 As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue: 10.686 2019 2020 7.773 2021 5.867 2022 2.995

27.321 Os financiamentos são registrados pelo seu valor de aquisição atualizado pelas variações cambiais ou monetárias incorridas ao final de cada exercício. Não há cláusula de "Covenants" para os financiamento Finimp. 14. Financiamentos - BNDES: **2017** 47.839 Projeto expansão - Plano diretor (a) Projeto expansão - Hospital São José (b) 53.945 41.811 36.575

89.650 12.734 90.520 7.999 Curto prazo 76.916 82.521 Longo Prazo As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue 10.053 10.053 10.053 2022 10.053 10.053 2023 10.052 2025 9.035 3.946 2026 3.617 76.916 Total

a. Projeto expansão Plano Diretor: Em 10/09/2013 a Associação obteve aprovação do BNDES no montante total de crédito de R\$ 60.641, destinado a modernização do Hospital São Joaquim e para atividade do Banco de Sangue, conforme decisão DIR 991/2013, através do Banco J Safra S.A. Até 31/12/2017 a Associação possuía um saldo a pagar de R\$ 47.839, relativa ao crédito acima mencionado, com carência de 24 meses e amortizacão em 120 meses, juros de 6.98% a.a., tendo sido concedido como garan tia a cessão fiduciária de recebíveis de clientes. Não há cláusula de b. Projeto expansão Hospital São José: Associação obteve aprovação do BNDES no montante total de crédito de R\$ 39.156, destinado à expansão do Hospital São José, conforme decisão DIR 529/2015, através do Banco J Safra S.A. Até 31/12/2017 a Associação possuía um saldo a pagar de R\$ 41.811, relativo ao crédito acima mencionado, com carência de 24 meses e amortização em 120 meses juros de TJLP + 3,00% a.a., tendo sido concedido como garantia a cessão fiduciárias de recebíveis de clientes. Não há cláusula de "Covenants" Conciliação da posição patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes da atividade de financiamento:

F	inanciamentos		
- FI	NIMP (nota 13)	BNDES (nota14)	Total
Saldo em 31/12/2015	37.082	68.330	105.412
(+) Captação de financiamen	tos 17.041	27.526	44.567
(–) Pagamentos	(12.894)		(19.672)
(–) Pagamento de juros	(1.368)	(7491)	(8.859)
(+/–) Juros e variação			
monetária provisionados	(5.699)	8.933	3.234
Saldo em 31/12/2016	34.162	90.520	124.682
(+) Captação de financiamen	tos 17.048	4.485	21.533
(-) Pagamentos	(11.937)	(6.436)	(18.373)
(–) Pagamento de juros	(2.199)	(7.148)	(9.347)
(–) Juros e variação			
monetária provisionados	2.397	8.229	10.626
Saldo em 31/12/2017	39.471	89.650	129.121
15. Obrigações trabalhistas	e sociais:	_2017	2016
Provisão para férias		40.856	40.448
Salários a pagar		20.559	17.750
Benefícios		8.998	11.167
Empréstimos consignados		1.336	12.695
FGTS a recolher		3.992	3.769
INSS a recolher		3.175	2.650
IRRF a recolher		6.063	3.140
Outros		13.657	_13.976
		98.636	105.595
			continua 式

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras (em milhares de Reais) da Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência ☆ continuação A Associação registra os custos e despesas referentes a "salários e ordena dos" pelo regime de competência, e sua liquidação ocorre no quinto dia útil do mês subsequente. As "provisões de férias" estão integralmente registradas pela parte vencida e proporcional dentro do exercício, incluindo os seus respectivos encargos até a data do balanço. A Associação retém em folha de pagamento, ou seja regime de competência, os valores referentes a "empréstimos consignados", tendo como responsabilidade o repasse para as instituições financeiras no décimo dia do mês subsequente. 16. Provisão para contingências e depósitos judiciais: a. Provisão para contingências: A Associação é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e fiscais, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Para cobertura das perdas consideradas como prováveis, foram constituídas provisões nos montantes 2017 2016 indicados a seguir:

	Saldo de			Saldo de		
	contin-	Depósito	Saldo	contin-	Depósito	Saldo
	gência	_judicial	<u>líquido</u>	gência	_judicial	<u>líquido</u>
Trabalhista	33.160	(2.866)	30.294	41.723	(3.579)	38.144
Cível	8.192	(4.297)	3.895	8.867	(4.410)	4.457
Fiscal	70		70	9.494	(9.933)	(439)
Total de						
contingências	41.422	(7.163)	34.259	60.084	(17.922)	42.162

As movimentações na provisão para contingências no exercício de 2017 estão apresentadas a seguir: Constituição Reversão de

		Constituição	neversao de		
Trabalhistas e	2016	de provisão	<u>provisão</u>	Baixa	2017
previdenciárias (i)	41.723	7.180	_	(15.743)	33.160
Cíveis (ii)	8.867	2.272	_	(2.947)	8.192
Fiscais (iii)	9.494		(9.424)		70
, ,	60.084	9.452	(9.424)	(18.690)	41.422

A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue: (i) Trabalhistas e previdenciárias: A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na experiência anterior em processos semelhantes referentes às quantias reivindicadas, analisou os processos em andamento e constituiu provisão no montante de R\$ 33.160 (R\$ 41.723 em 2016), considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. Os principais temas abordados nesses processos versam sobre: horas extras; adicionais de insalubridade; equiparação salarial; verbas rescisórias, dentre outros. Não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. Em 31/12/2017 o montante de causas classificadas como possível totalizava R\$ 13.767 (R\$ 15.410 em 2016), sobre as quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. (ii) Cíveis: As principais ações estão relacionadas a reclamações de pacientes requerendo indenização por danos morais e materiais decorrentes de supostos erros médicos praticados nas dependências hospitalares da Associação. Em 31/12/2017 o montante de causas classificadas como possível totalizava R\$ 41.242 (R\$ 102.067 em 2016) sobre as quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. (iii) Fiscais: Referem-se principalmente a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos, taxas e contribuições, dentre as quais destaca-se a contestação de autos de infração lavrados pela Prefeitura do Município de São Paulo e também do recolhimento em juízo do PIS sobre folha de pagamento que possuía provisão até 2016 de R\$ 9.424 mas que foi revertida em 2017 em função de recentes decisões judiciais que passaram a atribuir ganho de causa as instituições. Com isso, os assessores jurídicos deixaram de avaliar como provável o risco de perda nesse processo. Em 31/12/2017 o montante de causas classificadas como possível totalizava R\$ 19 (R\$ 45 em 2016), sobre as quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. b. Depósitos judiciais - Mantidos no ativo não circulante: Estão registrados nesta conta os depósitos judiciais fiscais, atualizados pelos índices oficias até a data do balanço, para os quais as respectivas ações foram consideradas pelos consultores jurídicos como riscos remotos ou possíveis, consequentemente não reconhecidas como uma obrigação na Associação, sendo esta sua movimentação e

composição:	<u>31/12/2016</u>	Entradas	Saídas	<u>Atualização</u>	31/12/2017		
ICMS	48	17	_	3	68		
PIS (i)	_	14.923	_	1.521	16.444		
IPI e II (ii)	6.110	_	(1.298)	318	5.130		
IPTU (iii)	10.332	510	(6.626)	(167)	4.049		
	16.490	<u> 15.450</u>	(7.924)	1.675	25.691		
As principais naturezas podem ser resumidas a seguir: (i) PIS: A Associa-							
-2!	*						

cão possui processo judicial para obter a declaração de inexistência de relação jurídica tributária que a obrigue ao recolhimento das contribuições destinadas ao custeio da Securidade Social, especialmente, a contribuição ao PIS prevista pela Lei nº 9.715/98 e pela Medida Provisória nº 1858-8, tendo em vista sua condição de entidade beneficente de assistência social, imune à incidência desta exação, nos termos do parágrafo 7º do artigo 195 da Constituição Federal. Os valores questionados são depositados em juízo. (ii) IPI e II: A Associação efetua importação de equipamentos e mercadorias destinados às suas finalidades essenciais. A Receita Federal do Brasil só autorizava o desembaraço mediante o pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Importação (II). Para conseguir desembaraçar os produtos importados sem pagamento dos tributos, a Associação propôs em 08/04/1996 ação ordinária contra a União Federal, com pedido de antecipação de tutela para fins de depositar no em Juízo os valores questionados, o que foi deferido e os depósitos realizados. Em 22/08/2008 o Juiz de primeira instância preferiu a sentença, julgando procedente a ação, desobrigando o recolhimento dos tributos (IPI e II). (iii) IPTU: A Prefeitura de São Paulo reconhece a imunidade do IPTU apenas dos imóveis utilizados para finalidades assistenciais (imóveis que integram os complexos Hospitalares e os utilizados pelas Clínicas externas). Os imóveis locados, vagos e terrenos são tributados pela Prefeitura. Todas as execuções fiscais propostas pela Prefeitura visando à cobrança do IPTU são embargadas (questionadas judicialmente) pela Associação. Os valores questionados são depositados em Juízo e a Associação tem obtido deci-sões favoráveis. 17. Passivo atuarial: O Estatuto Social da Associação prevê a existência de obrigações futuras assumidas com seus associados, representadas por atendimento médico hospitalar gratuito vitalício no Hospital São Joaquim, sendo previstos os seguintes direitos dos Associados de qualquer categoria: a. Recorrer a consultas médicas gratuitas, desde que previamente marcadas nos dias e horas regulamentares, com médicos credenciados, sendo que, neste caso, os medicamentos prescritos, se disponíveis, serão vendidos a preço de custo pela farmácia do Hospital; b. Receber, no Hospital São Joaquim, o tratamento de que necessitem; c. Internar-se no Hospital São Joaquim, sob prescrição de médico credenciado pela Beneficência Portuguesa, para receberem o tratamento e assistência nas especialidades para as quais a Beneficência Portuguesa esteja aparelhada, até o dia em que o médico lhes der alta; dentre outros. A cada encerramento do exercício, a obrigação presente assumida foi calculada a valor presente, com base nas regras determinadas no CPC 33(R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo obtidos os resultados em consonância com critérios atuariais, assim demonstrados:

	2017	2016
Valor presente das obrigações atuariais		
no início do período	(380.395)	(258.090)
Taxa de desconto atuarial do período anterior	14,76%	14,25%
Custo de juros sobre a obrigação	(39.140)	(36.778)
(Perda) atuarial do período reconhecido		
em resultado abrangente	(101.020)	(122.305)
Custo com atendimento com associados	39.140	36.778
Obrigação total no período	(481.415)	(380.395)
Para determinação dos valores em referência, a Ass	sociação co	ntratou os
atuários Bematize consultoria e gestão de Benefícios	, a qual ad	otou as se-
quintes premissas e parâmetros na emissão de seu re	latório em 2	2/01/2018

de São Paulo, por faixa etária e sexo nos anos de 2017 e 2016; (2) Bases técnicas e atuariais: 2017 Taxa de desconto (real) 5.43% 5.68% Taxa de desconto (nominal) 10,17% 10.96% Taxa de inflação 4,50% 5,00% 3,00% 3,00% Taxa médica Inflação médica (nominal) 7,63% 8,15%

(1) Número de associados expostos ao risco da Beneficência Portuguesa

Tábua biométrica	2017	2016
Mortalidade de válidos (i)	AT-2000	AT-2000
Entrada em invalidez	Não aplicável	Não aplicável
Mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável
Método de capitalização	PUC	PUC
Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável
Despesas administrativas	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de correção das despesas (ii)	1	1
Aumento do custo por idade (aging factor)	3,0%	3,0%
Duration (anos)	13,30	12,62
(i) AT 0000 100/	(II) David distribu	

(i) AT 2000 por sexo, suavizada em 10%. (ii) Para distribuir as despesas geradas pelos associados com situação cadastral diferente de "AT=Atualizado" pelos associados utilizados para efeito do cálculo, de tal forma que a despesa anual seja mantida; 2016: não atualizada. 18. Patrimônio líquido: Patrimônio social: Conforme estatuto social, a Associação deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, não poderá distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superavit. Dessa forma, o superavit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social. Ajuste de avaliação patrimonial (reavaliação de bens): O ajuste de avaliação patrimonial foi constituída em decor-rência da atribuição do "deemed cost" no momento da aplicação pela primeira vez das normas da CPC, da rubrica de imóveis do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada no exercício de 2010. A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra o superavit acumulado. Não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos em decorrência de a Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência possuir imunidade tributária

coriola poccali irrariidade tributaria.		
19. Receita da atividade hospitalar:	2017	2016
Pacientes convênios	1.192.602	1.028.294
Pacientes SUS	162.572	156.278
Pacientes particulares	91.630	84.322
	1.446.804	1.268.894
Glosas sobre faturamento	(12.237)	(7.695)
	1.434.567	1.261.199

20. Custo dos materiais, medicamentos e honorários médicos:

	2017	2016
Materiais médicos e medicamentos	231.005	203.986
Órteses e próteses	119.169	103.340
Honorários médicos	80.345	68.173
	<u>430.519</u>	375.499
21. Despesas com pessoal:	2017	2016
Salários e ordenados	339.531	307.345
Provisões e encargos sociais	84.524	79.559
Benefícios sociais	64.391	59.856
Encargos sociais	42.324	
Desenvolvimento de recursos humanos	5.134	4.129
	<u>535.904</u>	488.773
22. Despesas gerais e administrativas:	2017	2016
Despesas com materiais	48.758	61.894
Serviços prestados	189.553	126.675
Energia, utilidades e telecomunicações	24.301	23.200
Comunicação e marketing	15.879	15.091
Impostos, taxas e contribuições	2.047	
Provisão para contingências	27	6.055
Provisão para crédto de liquidação duvidosa	40.276	52.167
Despesas gerais	<u> 19.980</u>	20.206
	340.821	306.792
23. Outras receitas (despesas) operacionais:	2017	2016
Outras rendas (i)	45.610	15.362
Doações	517	1.687
Vendas de imobilizado	714	
Outras despesas operacionais	(1.660)	_(717)
	<u>45.181</u>	<u>16.532</u>
(i) Do montante de R\$ 45.610 registrado em outras re	endas em 20	17, cerca

de R\$ 44.400 refere-se a recursos recebidos em dezembro de 2017 advindos do processo nº 0066106-96.2004.8.26.0100 de 17/06/2004 contra a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, referente a restituição dos valores pagos a major, desde janeiro de 1997. Em 2016, o valor de R\$ 15.362 refere-se substancialmente a recursos recebidos por convênio de cooperação técnica estabelecido com instituição financeira.

24 Receita financeira líquida:	2017	2016
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	29.466	42.506
Variações cambiais e monetárias líquidas	830	10.456
Outras receitas financeiras	1	1
	30.297	52.963
Despesas financeiras		
Juros sobre passivo atuarial	(34.452)	(30.701)
Juros sobre financiamentos	(10.398)	(9.033)
Descontos concedidos	(5.272)	(4.381)
Outras despesas financeiras	(172)	(334)
	(50.294)	(44.449)
	(19.997)	8.514

25. Assistência social - Atendimento ao SUS (Sistema Unico de Saúde): A instituição é imune a impostos de acordo com o artigo 150, inciso VI, "c" da Constituição Federal do Brasil em razão de cumprir os requisitos egais.Conforme portaria 1970 de 16/08/2011, o percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) de prestação de serviços ao SUS será apurado por cálculo percentual simples, com base no total de internações hospitalares, medidas por paciente-dia e no total de atendimentos ambulatoriais realiza dos aos pacientes do SUS e não SUS. A participação do componente ambulatorial SUS será de no máximo 10%. Em setembro de 2013 o Gestor Municipal do Estado de São Paulo, reconheceu através de declaração enviada ao Ministério da Saúde/DCEBAS que a Maternidade da Unidade Santo Antonio se integra a Rede Cegonha, sendo assim, a Associação passou a usufruir de 1,5% na filantropia (linha estratégica da Portaria 1970/Atenção Obstétrica e Neonatal). Portanto, para o cumprimento da Filantropia, se faz necessário o atendimento de 48,5% de paciente-dia e 10% de atendimentos ambulatoriais, com vigência a partir de janeiro de 2013. Em 2015 o Gestor Municipal do Estado de São Paulo, também reconheceu através de declaração enviada ao Ministério da Saúde/DCEBAS que os leitos da Unidade de Tratamento Intensivo do Santo Antonio integram a Hede de Ater ção às Urgências (conforme portaria 1452/12/2013). Sendo assim, esta li-nha estratégica contribui com mais 1,5% na filantropia, totalizando 47% de paciente-dia e 10% ambulatorial para perfazer o cumprimento da Filantropia. Em novembro de 2016 foi publicada a portaria 2213 habilitando a Associação como Hospital de Ensino. Sendo assim, esta linha estratégica contribuiu com mais 1,5% na filantropia, totalizando 45,5% de paciente-dia e 10% de atendimentos ambulatoriais. Em setembro de 2016, o Ministério da Saúde/DCEBAS informou que a Associação, sendo uma instituição habilitada como CACON (portaria SAS nº 62, de 11/03/2009), se integra na Rede de Atenção Oncológica. Desta forma, esta linha estratégica contribui com mais 1.5%, totalizando 44% de paciente-dia e 10% ambulatorial para perfazer o cumprimento da Filantropia. Com observância do limite mínimo de atendimento ao SUS, fixado pelo art. 4°, inciso II, da Lei nº 12.101, de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868, de 2013, regulamentada pelo Decreto 7.237 de 20/07/2010, revogado pelo Decreto nº 8.242, de 2014; e, Portaria 1.970 de 16/08/2011, o número total de atendimentos no exercício está assim representado:

(a) Atendimentos realizados - Quantidades: Atendimentos 2017

internação - Paciente-dia			Ambuia	torio - Qia	e. procean	nentos	
	Não	Total			Não	Total	
SUS	SUS	geral	<u>% SUS</u>	SUS	SUS	geral	<u>% SUS</u>
140.053	173.509	313.562	44,67%	778.674	1.794.375	2.573.049	30,26%
			Atendim	nentos 20	016		
Inter	nação -	Paciente	-dia	Ambula	tório - Qtd	e. procedii	mentos
	Não	Total			Não	Total	
SUS	SUS	geral	<u>% SUS</u>	SUS	SUS	geral	<u>% SUS</u>
123.273	157.678	280.951	43.88%	765.731	1.315.529	2.081.260	36.79%

Em 2016 o percentual obtido de atendimentos via SUS foi de 53,88%, sendo 43,88% de paciente-dia e 10% de atendimento ambulatorial. No ano de 2017, o percentual obtido de atendimento via SUS foi de 54,67%, sendo 44,67% de paciente dia e 10% de atendimento ambulatorial. Embora a Associação possa utilizar apenas 10% dos nossos atendimentos ambulatoriais, ressaltamos que em 2017 a Instituição realizou 778.674 atendimentos

ambulatoriais aos usuários do SUS e 1.794.375 atendimentos para usuários não SUS, alcançando cerca de 30,26% (36,79% em 2016) a. Cumprimento de Metas SUS: A Associação em 2017 cumpriu com to das a metas qualitativas e quantitativas, conforme exigidas no contrato de contratualização firmado com o órgão regulador municipal do Estado de São Paulo. b. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social: A Associação é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS renovado pela Portaria nº 1477, de 24/10/2016, publicada no DOU em 25/10/2016, com validade para o período de 01/01/2016 a 31/12/2018. *c. Hospital de Excelência:* Em dezembro de 2016 o Ministério da Saúde publicou em Diário Oficial nº 237, Seção 1, pagina 25 reconhecendo a excelência da BP no atendimento aos pacientes da rede SUS, passando a fazer parte do seleto grupo dos seis hospitais de excelência do Brasil. 26. Renúncia Fiscal: Em atendimento a ITG 2002(R1) entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC n

1.409/12 e alterada pela resolução 2015/ITG 2002(R1) em setembro de 2015, a Associação por julgamento, apresenta a seguir á relação dos tributos (impostos e contribuições) objetos de renúncia fiscal: Incidentes sobre a receitas tributáveis (PIS e COFINS). Incidentes sobre a folha de pagamento (INSS patronal, terceiros e SAT). Incidentes sobre o superávit do exercício (IR e CS). 27. Instrumentos financeiros: A Associação não possui opera ções financeiras com instrumentos financeiros, entretanto, poderá incorre em riscos relativos a "Risco de crédito e Risco de liquidez". Estrutura do gerenciamento de risco: O gerenciamento de risco da Associação visa identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Associa ção caso um cliente ou contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios e SUS. Para mitigar esses riscos, a Associação adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, ge renciamento no processo de revisão prévia de glosas junto aos convênios médicos e constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto, para os valores a receber de convênios e particulares a Associação constitu provisão para perdas julgada suficiente para cobrir eventuais inadimplên cias, quanto ao contas a receber do SUS o risco é minimizado por tratar-se de contas a receber de órgãos públicos cujos valores e limites de repasses de recursos estão pré definidos em contrato. No que tange às instituições financeiras a Associação somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating e aplicações em títulos de renda fixa. Exposição a riscos de crédito: O valor contábil dos ati vos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme demonstrado abaixo: 2017 2016 Caixa e equivalente de caixa Títulos e valores mobiliários 267.485 325.158 6.024 2.284 469.284 353.580 3.030

Recursos vinculados à terceiros Outras créditos 769.665 699.068 Os saldos de contas a receber de clientes está reduzido por provisão para créditos de liquidação duvidosa em montantes que a Administração consi dera suficiente para cobrir eventuais perdas. Risco de liquidez: O quadro a seguir analisa os passivos e instrumentos financeiros da Associação, por

faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanco patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados no quadro a seguir são os fluxos de caixa não descontados contratados e portanto, podem não ser conciliados com os valores contábeis Valor Menos Entre Entre Acima Valor Contrade 1 1e2 2e5 Em 31/12/2017 <u>contábil</u> tado ano anos anos anos Fornecedores de materiais e medicamentos 129.112 129.112 129.112 Financiamentos FINIMP 39.471 44.910 13.670 13.184 18.056

Financiamentos -BNDES 89.650 125.222 18.143 17.113 45.625 44.341 32.778 32.778 32.778 Outras contas a pagar Risco de taxa de juros: Na data das demonstrações financeiras os financeiros remunerados por juros variáveis da

23.561 23.561 23.561

Honorários e

comissões médicas

Associação eram:	n julos va	illaveis de
Instrumentos de taxa variável	2017	2016
Ativos financeiros - CDI		
Aplicações financeiras (caixa e equivalentes de caixa)	19.699	17.603
Títulos e valores mobiliários	267.485	325.158
Recursos vinculados a terceiros	5.711	
Total	292.895	342.761
Passivos financeiros - TJLP		
Financiamentos - BNDES	41.811	36.576
A Associação mantém parcela substancial de suas apli	cações fin	anceiras e

títulos e valores mobiliários indexadas à variação do CDI. Em 31/12/2017, a Associação apresentava o montante de R\$ 292.895 (R\$ 342.761) em aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários remuneradas em CDI Risco cambial: A Associação mantém operações de empréstimos em mo edas estrangeiras que estão expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio pode aumentar ou reduzir os referidos saldos Os montantes em aberto em moeda estrangeira em 31/12/2017 e 2016 estão mencionados na Nota Explicativa nº 14. A Associação não opera com derivativos financeiros que visam proteger a exposição cambial de seus financiamentos em moeda estrangeira. Em 31/12/2016, a Associação não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. Análise de sensibilidade à variação cambial: Considerarmos um cenário provável para o ano de 2018 com taxas equivalentes ao praticado em 31/12/2017.

USD	Cenário <u>Provável</u>	Cenário I - Dete- rioração de 10%	Cenário II - Dete- rioração de 20%				
Taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016	3,3080	3,6388	3,9696				
Exposição bruta em moe estrangeira - US\$	eda 10.686	11.755	12.823				
Taxa de câmbio estimad	a 3,3080	3,6388	3,9696				
Efeito no instrumento financeiro							
Aumento Reais	_	1.069	2.137				

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas aplicações financeiras ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Associação e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, den tro de parâmetros aceitáveis. Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo refere-se custo de pessoal fixado em moeda naciona e de acordo com o acordo coletivo da categoria. Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de deposito interbancário e fundos de renda fixa. Nas taxas de câmbio o risco também é mitigado uma vez que a Associação possui reduzida parcela de aquisição de materiais em moeda estrangeira e nenhuma contas a receber ou aplicações em moeda estrangeira. Gestão de capital: A política da Administração da Associação é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração da Associação procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamentos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Em 31/12/2017 a Associação possuía um saldo de caixa e equivalente de caixas e títulos e valores mobiliários de R\$ 297.351. Valor justo: Os valores justos dos ativos e passivos financeiros quando comparados aos valores contábeis apresentados na demonstração da posição financeira não apresentam variações. 28 Partes relacionadas: A Associação não possui transações entre partes relacionadas e os membros do conselho de administração deliberativo não são remunerados.



-☆ continuação Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência

Denise Soares dos Santos - CEO

Rubens Ermírio de Moraes - Diretor-Presidente Carlos Herculano Bressiani - CFO

Valter Baptista Bornal - Contador - CRC 1SP 201.591/O-6 Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da Real e Benemérita Associação de Benefi- independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das de- de burlar os controles, conluio, falsificação, omissão ou representações falcência Portuguesa - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Real e Benemérita Associação de Beneficência Portuquesa ("Associação"), que compreendem o balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes as posição patrimonial e financeira da Real e Benemérita Associação de Beneficência Portuguesa em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações finançeiras: A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante,

monstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras. independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato CRC 2SP014428/O-6

sas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e. com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresen tação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria que identificamos durante nossos trabalhos São Paulo, 7 de março de 2018.

KPMG Auditores Independentes

Marcos Antonio Boscolo Contador-CRC 1SP198789/O-0

Patéssio

Patéssio Participações Ltda.

Patessio CNPJ n° 24.230.692/0001-22															
Demonstrações Contábeis															
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais) Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto															
Ativo	Con	troladora	Con	<u>solidado</u>	Passivo e patrimônio	Contro				solidado	Exercícios Findos em 31 (Em milha			017 e 20 ⁻	16
	_2017	2016			líquido		2017	2016 (não		2016 (não	(Liii iiiiiiia		,	C = 1	anniidada
		(não (auditado		(não auditado)			a	uditado)		auditado)		2017	troladora 2016	2017	<u>nsolidado</u> 2016
Ativo circulante		<u>auditado</u>)		<u>auditadoj</u>	Passivo circulante						Fluxos de caixa das atividades		(não		(não
Caixa e equivalentes de caixa	1.146	84	6.959	10.892	Empréstimos e financiamente Fornecedores	os	- 5			150.876	operacionais		auditado)		<u>auditado)</u>
Contas a receber de clientes	_	_	120.005		Obrigações trabalhistas		5	12		13.119 1.045	Lucro líquido do exercício	(3.331)	(259)	(3.331)	(259)
Estoques	-	-	52.297	41.374	Impostos e contribuições a re	ecolher	_	10		1.873	Ajustes por:				
Impostos a recuperar	1	1	18.512	10.857	Outras contas a pagar				7.243	4.498	Depreciação e amortização	_	_	3.137	3.287
Outras contas a receber				5.266	Total do passivo circulante	•	5	22	193.575	171.411	Imposto de renda diferido Valor residual de baixas nos	_	_	2.413	(11.975)
Total do ativo circulante	1.147	85	203.399	173.415	Passivo não circulante Empréstimos e financiament	os	_	_	- 81	10.864	ativos e investimentos	_	_	430	_
Ativo não circulante				0.5	Provisão para demandas jud		_	_	- 256	2.952	Perdas estimadas em créditos de				
Contas a receber de clientes	_	_	. 10.701	35	Impostos diferidos				9.372	7.707	liquidação duvidosa	_	-	2.062	2.663
Impostos diferidos Outras contas a receber	55	35	19.791 2.231	12.783	Total do passivo não circul	lante	_	-	9.709	21.523	Participações no resultado	_	-	649	610
Outras contas a receber	<u>55</u>	35			Patrimônio líquido Capital social		75.968	47 411	75.968	47.411	Provisão para demandas judiciais	. –	-	(2.695)	4.127
Investimentos	69.265	45.762			Lucros/Prejuízo Acumulados		(3.590)	(259)		(259)	Provisão para perdas no investimen Resultado da equivalência patrimon		(262)	(5)	_
Imobilizado e Intangível	-		72.327	82.944	Outros resultados abrangent			(1.292)		(1.292)	Lucros não realizados nos estoques		(363)	(212)	797
,	69.265	45.762	77.049	82.944	5		70.462	45.860	70.462	45.860	Capital Social	28.557	47.411	28.557	47.411
Total do ativo não circulante	69.320	45.797	99.071	95.762	Participação dos não contr Total do passivo e	roladores	-	_	- 28.724	30.383	Ajustes de conversão -				
Total do ativo	70.467	45.882	302.470	269.177	do patrimonio líquido		70.467	45.882	302.470	269.177	moeda estrangeira	(624)	(1.292)	4.244	_(15.675)
Demonetre	ıcão do Res	ultado			Demontraçã							27.539	45.497	35.249	30.986
para os Exercícios Findos e			de 2017 e	2016	para os Exercícios Fin					2016	(Aumento)/Redução nos ativos				
	hares de Re					m milhare					Outros investimentos			(17.041)	27.442
	Contro	oladora	Con	solidado		Co	ontrolado	ora	Cons	solidado	Contas a receber de clientes Estoques	_		(17.041) (10.922)	21.238
	2017	2016	2017	2016	31	1/12/2017			12/2017 <u>31</u>		Impostos a recuperar	_		(7.656)	1.624
		(não		(não				ião	,	(não	Outras contas a receber	(20)		(2.556)	7.303
	<u>a</u> ı	uditado)		auditado)	Prejuízo do exercício	(3.331)	auditad		(3.331)	<u>(259)</u>		(20)	(36)	(38.175)	57.607
Receita líquida de vendas	-	_	262.398	263.773	Outros resultados	(0.001)	,_,	,	(0.001)	(200)	Aumento/(redução) nos passivos				
Custo dos produtos vendidos			242.037)	(247.900)	abrangentes						Fornecedores	(7)	12	(2.946)	(5.589)
Lucro bruto	-	_	20.361	15.873	Ajuste de conversão de	(624)	(1.29	22)	(624)	(1.202)	Obrigações trabalhistas	(10)	10	(449)	(314)
(Despesas)/receitas operaciona	nis				moeda estrangeira Total resultado	(024)	(1.23	92)	(624)	(1.292)	Impostos e contribuições a recolher Outras contas a pagar	(10)	10	(570) (1.603)	(165) (3.507)
Vendas, administrativas e gerais (311) (455) (13.392) (13.893)			abrangente do exercício	(3.955)	(1.5	51)	(3.955)	(1.551)	Odiras comas a pagar	(17)	22	(5.568)	(9.575)		
Outras receitas operacionais líquio	das –	_	(1.507)	93	Demonstração das Muta	acões do	Patrimô	nio Lígu	iido - Ever	rcícios	Caixa líquido (utilizado nas)/	(,		(0.000)	(0.010)
Resultado de equivalência			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)					proveniente das atividades							
patrimonial	(2.937)	363	(212)	(6.038)				utros		,	operacionais	27.502	45.483	(8.494)	79.018
Resultado antes das receitas						Capital	_		Resultado	8	Fluxo de caixa das atividades de investimento				
financeiras e impostos	(3.248)	(92)	5.250	(3.965)				entes a	cumulado:		Aquisições de imobilizado	_	_	8.313	(52.177)
Receitas financeiras	1	3	6.203	5.863	Abertura de capital	2.720		_		- 2.720		(26.440)	(45.399)	(5.588)	(9.162)
Despesas financeiras	(84)				Aporte para aumento de capital	44.691		_		- 44.691	Caixa liquido utilizado nas	(=====		(/	
Resultado financeiro líquido	(83)	(167)	(7.768)	(10.865)	Ajustes de conversão	11.001					atividades de investimento	(26.440)	(45.399)	2.725	(61.339)
Resultado antes do IR, da CS e o participação nos resultados	da (3.331)	(259)	(2.518)	(14.830)	de moeda estrangeira	-	(1	.292)		- (1.292)	Fluxo de caixa das atividades				
IR e CS - corrente	(0.001)	(200)	(930)	(1.142)	Prejuízo do exercício				(259) (259)	de financiamento			(40 505)	(110.075)
IR e CS - diferido	_	_	761	4.205	Saldos em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)	47.411	(1	.292)	(259	45.860	Empréstimos e financiamentos pago Empréstimos e financiamentos obtion			(46.565) 48.401	(110.875) 95.999
Participação nos resultados	_	_	(649)	(610)	Aporte para aumento				,,		Caixa líquido (utilizado nas)/		_	+0. + 01	55.555
Prejuízo do exercício antes da			(3.0)	(0.0)	de capital	28.557		-		- 28.557	proveniente das atividades de				
participação de não					Ajustes de conversão			(624)		(624)	financiamento	-	-	1.836	(14.876)
controladores	(3.331)	(259)	(3.336)	(12.377)	de moeda estrangeira Prejuízo do exercício	_		(624) –		- (624)) (3.331)	Aumento/(Redução) de caixa e	4 222		(0.000)	
Participação de não controladores			<u>5</u>	<u>12.118</u>	Saldos em 31 de dezembro				,0.001	. 12.30.1	equivalentes de caixa Demonstração do aumento do	1.062	84	(3.933)	2.803
Prejuízo do exercício	(3.331)	(259)	(3.331)	(259)	de 2017	<u>75.968</u>	(1	.916)	(3.590	<u>70.462</u>	caixa e equivalentes de caixa				
				Só	cios						No início do exercício	84	_	10.892	8.089
						Nelson	da Sibe	a Lemo		No final do exercício	1.146	84	6.959	10.892	
Regina Celi Venâncio Márcia Thiemi Uemura Nelson da Silva Leme Aumento/(Redução) de caix						Aumento/(Redução) de caixa e									

Sabrina Entz Faiardo - Contadora - CRC 1SP-219.893/O-7 As demonstrações contábeis na íntegra, acompanhadas do relatório dos auditores independentes da empresa de auditoria BDO RCS Auditores Independentes SS encontram-se disponíveis em nossa sede. localizada à Avenida Caminho do Mar, 2.652 - Sala 1 - Rudge Ramos - São Bernardo do Campo - SF

Leccaros Participações S.A.

CNPJ/MF nº 12.285.465/0001-15 Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 comparadas com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A Administração

order in de								
Balanço Patrimonial (Em Reais)								
Ativo	ivo 2016 2015 Passivo							
Circulante	100	100	Não circulante	25.022	13.816			
Banco conta movimento	100	100	Partes relacionadas	25.022	13.816			
Não circulante			Patrimônio líquido	6.555.079	6.566.285			
Realizável a longo prazo	6.580.000	6.580.000	Capital social (nota 5)	6.580.100	6.580.100			
Imobilizado (nota 4)	6.580.000	6.580.000	Prejuízos acumulados	(25.022)	(13.816)			
Total do Ativo	6.580.100	6.580.100	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	6.580.100	6.580.100			
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2016 (Em Reais)								

porações, fusões e associações com outras Sociedade. 2. Apresentação transações e considera o período de um ano na segregação de ativos e das Demonstrações Financeiras - A elaboração, forma de apresentação passivos circulantes. b. Os direitos e obrigações são atualizados, quando e conteúdo das demonstrações financeiras obedecem às práticas contábeis aplicável, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valoadotadas no Brasil, observando a legislação societária e os normativos do res incorridos até a data do balanco. c. O valor do imobilizado é revisto Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor Federal de Contabilidade (CFC), bem como do Instituto dos Auditores Inde- contábil pode não ser recuperável, não havendo, até 31 de dezembro de pendentes do Brasil (Ibracon). Esses pronunciamentos técnicos do CPC são 2016 expectativa de perdas. 4. Imobilizado – O imobilizado, se refere ao terbaseados no padrão contábil internacional preconizado pelo International, reno recebido dos acionistas a título de integralização de capital. 5. Capital Accounting Standards Board (IASB), estando alinhados com as normas Social - O Capital Social totalmente subscrito e integralizado está represeninternacionais de relatório financeiro conhecido pela sigla IFRS. 3. Prin- tado por 6.580.100 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, todas cipais práticas contábeis - As principais práticas contábeis adotadas na pertencentes a acionistas domiciliados no país.

José Wilson de Oliveira Júnior - Superintendente de Controladoria

1. Contexto Operacional – A Sociedade tem por objeto a participação em elaboração das demonstrações financeiras podem ser assim resumidas: a. outras sociedades como sócia ou acionista, podendo também efetuar incor- A Sociedade adota o Regime de Competência para fins de registro de suas

	Despesas - Administrativ	/as	(11.206)	(158			
	Prejuízo do exercício		(11.206)	(158			
	Demonstração das I	nio Líquido (Em Re	eais)				
		zos acumulados	Tota				
	Saldo em 31/12/2014	6.580.100	(13.658) 6.	566.442			
	Resultado do exercício	_	(158)	(158)			
	Saldo em 31/12/2015	6.580.100	(13.816) 6.	566.284			
	Resultado do exercício	_	(11.206)	(11.206)			
	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2016 6.580.100					
	Demonstração dos Fluxos de Caixa (Em Reais)						
	Atividades operacionais	2016	2015				
	Prejuízo do exercício	(11.206)	(158)				
	Ajuste por:						
	Aumento (redução) de passivos						
	Partes relacionadas		11.206	3 158			
Caixa gerado nas atividades operacionais							
Caixa e equivalentes no início do exercício							
Caixa e equivalentes ao final do exercício							
Redução de caixa e equivalentes							
ı		Diretoria Executiva	1				

Demonstração do Resultado (Em Reais)

1.062

84 (3.933)

2016

2015

equivalentes de caixa

Daniel Fernando Mantovani – Diretor Presidente Antônio dos Santos Martins - Diretor Contador Responsável Jorgemar Dias Rosa - CRC/SP 1SP 261.440/O-3

